REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS | ISSN: 2447-0244
v. 4, n. 3 - Edição Especial - 2018
Missões

DEMOCRACIA E POLARIZAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL: AS OPINIÕES DOS ELEITORES DE PT E DO PSDB (2002-2014)

DEMOCRACY AND ELECTORAL POLARIZATION IN BRAZIL: THE OPINIONS OF PT AND PSDB VOTERS (2002-2014)

Bruno Mello Souza[1]
Simone Piletti Viscarra[2]

Resumo: Desde o fim da década de 1980, o Brasil experimentou significativos avanços em relação à consolidação da democracia em seu marco formal. Existem contudo, grandes problematizações sobre o estabelecimento da democracia em termos substantivos no país. De maneira geral, essas questões dizem respeito à necessidade de que a democracia, como sistema político, conte com a adesão da maior parte dos cidadãos para ser considerada plena. Partindo desse princípio, e levando em consideração o cenário de polarização eleitoral entre PT e PSDB, persistente entre os anos de 1990 e 2014, este artigo teve e tem o objetivo de verificar, nos anos eleitorais de 2002, 2006, 2010 e 2014, por meio de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro − ESEB, como os cidadãos do país têm percebido o papel dos partidos no contexto brasileiro. Para além de uma análise geral de tais percepções, buscou examinar as diferenças de percepção entre os simpatizantes dos dois partidos com maior apelo nos últimos anos no país, no que tange às eleições presidenciais: PT e PSDB.

Palavras-chave: Democracia; Brasil; PT; PSDB; Opinião pública

Abstract: Since the end of the 1980s, Brazil has experienced significant advances in relation to the consolidation of democracy in its formal framework. There are, however, major questions about the establishment of democracy in substantive terms in the country. Generally speaking, these issues concern about the need for democracy, as a political system, to count with its citizens support to be considered a full structure. Based on this principle, and taking into account the scenario of electoral polarization between PT and PSDB voters, persistent between 1990 and 2014, this article aims to verify, as the citizens of the country have perceived the role of the parties in the Brazilian context. The analyzed period will be 2002, 2006, 2010 and 2014, using data from the Brazilian Electoral Study – ESEB. In addition to a general analysis of such perceptions, he sought to examine the perceptions differences between the supporters of the two parties with the greatest appeal in recent years in the country, regarding the presidential elections: PT and PSDB.

Keywords: Democracy; Brazil; PT; PSDB; Public opinion

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí. E-mail: bmellosouza@yahoo.com.br. Bolsista CAPES.
2 Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professora de Ciência política na Universidade Federal do Vale do São Francisco.

INTRODUÇÃO

Desde o final dos anos 1980, o Brasil passou por significativos avanços em relação à consolidação da democracia no que diz respeito ao seu marco formal. As instituições democráticas do país funcionam regularmente, de forma duradoura e bastante significativa do ponto de vista poliárquico (DAHL, 1971). Mesmo assim persistem, no entanto, grandes problematizações sobre o estabelecimento da democracia em sua dimensão substantiva nesse cenário (MOISÉS, 1995; 2008; 2010; BAQUERO, 2007a). De modo geral, essas problematizações concernem à necessidade de que uma democracia, para estabelecer-se plenamente como tal, conte com a adesão da maior parte da população. As instituições políticas, dessa maneira, teriam importância fundamental no âmbito dos procedimentos, mas não seriam suficientes para definir uma democracia em uma perspectiva maximalista.

Nesse sentido, os partidos são as instituições por excelência de interlocução, de ligação e de diálogo entre Estado e sociedade civil. Ainda que não sejam o único eixo institucional de relação entre as duas esferas, é por meio deles, também, que se torna possível a formulação e a canalização das demandas sociais junto aos poderes decisórios. Dessa forma, tendo-se em mente o papel protagônico dos partidos no estabelecimento de uma democracia, este estudo tem o objetivo de verificar, nos anos eleitorais de 2002, 2006, 2010 e 2014, fazendo uso de dados dos Estudos Eleitorais Brasileiros − ESEB, como os cidadãos do país têm percebido o papel dos partidos no contexto brasileiro. Afinal de contas, qual é a força e a consolidação dos partidos políticos e da democracia em si no contexto brasileiro em termos de opinião pública? Para além de um exame geral dessas percepções, este estudo visa verificar se existem, em termos de eleições presidenciais, diferenças de percepção entre os simpatizantes dos dois partidos com maior apelo nos últimos anos no país: Partido dos Trabalhadores − PT e Partido da Social Democracia Brasileira − PSDB. O questionamento é: Teriam os simpatizantes do PT, que saiu vitorioso nas últimas quatro eleições, ao longo do tempo, opiniões diferentes dos partidários do PSDB, que saíram derrotados das últimas disputas, em termos da importância e do papel da democracia e dos partidos políticos no Brasil?

Inicialmente, apresenta-se um histórico da polarização eleitoral entre PT e PSDB nas eleições de 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014, nas quais se solidificou o cenário de destaque da disputa entre esses dois partidos nos pleitos presidenciais nacionais. Na sequência são analisados os resultados de opinião encontrados por meio dos dados do ESEB em 2002, 2006, 2010 e 2014.

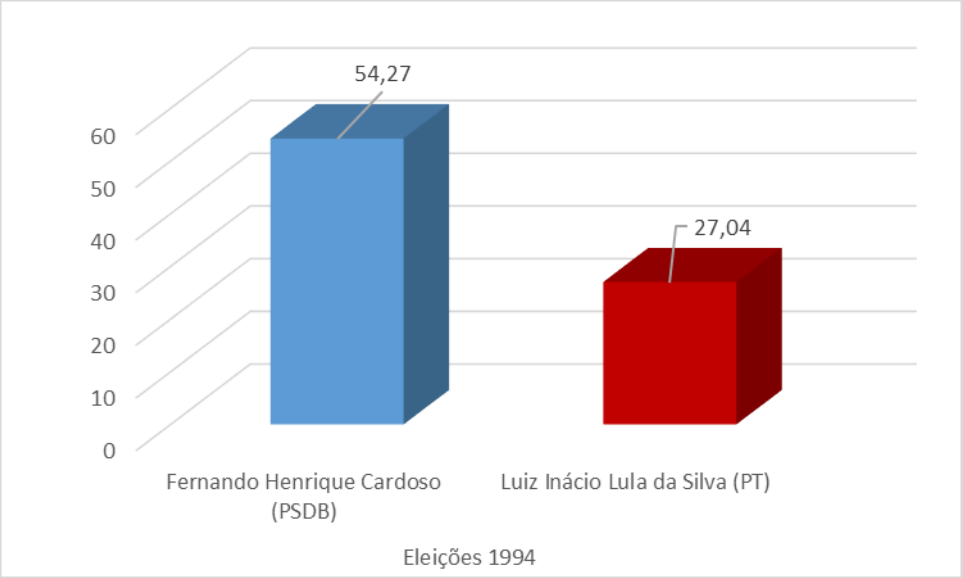
HISTÓRICO DOS VINTE ANOS DA POLARIZAÇÃO ENTRE PT E PSDB

Quando, em 5 de outubro de 2014, o resultado das urnas indicou a disputa em segundo turno entre Dilma Rousseff − PT e Aécio Neves − PSDB nas eleições presidenciais brasileiras, tivemos a confirmação da consolidação de uma notável polarização entre os dois partidos nos últimos anos. Se, a partir de meados da década de 1990, se observou uma preponderância tucana na principal posição de poder estatal do país, com a primeira eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994 e a sua reeleição em 1998, diferentemente, a partir de 2002, os petistas mudaram completamente a situação. Com quatro triunfos consecutivos na disputa pelo governo federal, dois de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002 e em 2006, e dois de Dilma Rousseff, em 2010 e em 2014 – que veio a sofrer *impeachment* em 2016, cedendo o posto a seu vice, Michel Temer, do PMDB. É importante enfatizar que, em todas essas eleições, os dois primeiros classificados pertenciam aos dois partidos mencionados. Limongi e Cortez (2010) salientam que as eleições presidenciais no Brasil têm se configurado como eleições bipartidárias, característica-chave para se entender a dinâmica da competição eleitoral no Brasil, uma vez que essa situação repercute nas disputas eleitorais para governadores. De acordo com Ranulfo (2010), apenas PT e PSDB têm demonstrado uma consistente "vocação presidencial", apresentando candidatos competitivos ao longo de todas as eleições depois do período de redemocratização iniciado em 1985. Ambos os partidos se destacaram por serem capazes de formular um projeto político de âmbito nacional, de lançar candidatos competitivos nos pleitos presidenciais e por conseguirem se unificar em torno desses projetos e de suas respectivas candidaturas (RANULFO, 2010). Desse modo, é importante fazer uma revisão do histórico dessa polarização eleitoral entre PT e PSDB desde 1994 até 2014.

O cenário eleitoral de 1994 apresentava, em um primeiro momento, uma situação de favoritismo de Lula − PT. Cabe lembrar que Lula havia concorrido às eleições de 1999, ficando em segundo lugar ao perder para Fernando Collor, do Partido da Reconstrução Nacional − PRN. Desse modo, Lula chegou à campanha de 1994 como um candidato conhecido. Aconteceu, porém, que o rumo da campanha começou a mudar em julho de 1994, quando ocorreu a entrada em circulação de uma nova moeda no país, o Real. Elaborado pelo então ministro da Fazenda de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso − PSDB, a nova moeda logrou baixar a inflação e os preços, e aumentar o nível de emprego, gerando um ambiente de otimismo e de apoio popular (ALMEIDA, 1999). Devido ao sucesso do seu plano econômico, FHC pautou a sua candidatura ao cargo de presidente colocando-se como o

"pai do Real". A Lula restou, por seu turno, adotar uma postura crítica ao Real em alguns momentos, postura alternada com críticas mais cautelosas em outros, quando o candidato afirmava que continuaria o plano em seu governo (PORTO, GUAZINA, 1999; ALMEIDA, 1999). Como se sabe, essas argumentações não lograram êxito e FHC ganhou a eleição presidencial ainda no primeiro turno. O gráfico abaixo apresenta os resultados do pleito de 1994.

Gráfico 1- Resultado das eleições presidenciais de 1994 (%)



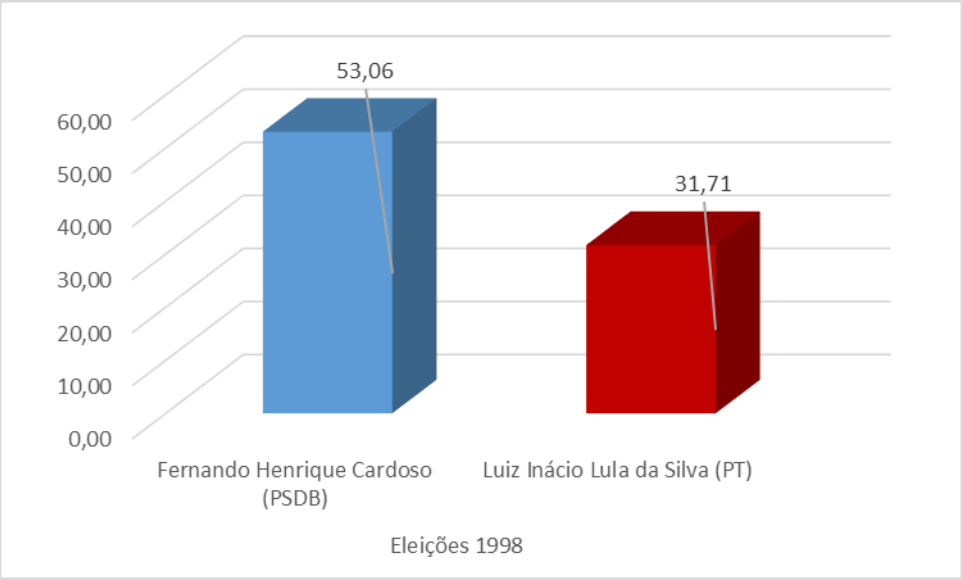
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

As eleições de 1998 foram as primeiras do novo período democrático brasileiro no qual estava posta a possibilidade de reeleição do presidente da república. Nesse cenário, o governo buscou transformar a disputa em ritual de recondução de FHC à posição de chefe do Estado brasileiro (MIGUEL, 1999). Lula, por sua vez, buscou enfatizar, em seus programas, principalmente a questão do desemprego, além da seca e da fome no Nordeste, tratando o desemprego como consequência da política econômica do governo FHC e a seca nordestina como resultante da falta de sensibilidade dos governantes para com as questões sociais (MIGUEL, 1999). Nesse contexto, estava também na pauta eleitoral a crise econômica que começava a fazer parte das preocupações dos brasileiros.

A estratégia de FHC nesse sentido foi identificar a origem do problema em uma questão externa (a crise que ocorria na Rússia), destacando a ideia de que ao país só restava proteger-se da melhor forma possível, mediante a ação de uma equipe econômica experiente e com profundo conhecimento do jogo financeiro internacional (MIGUEL, 1999). Esse discurso, vindo de quem tinha conseguido estabilizar um plano econômico, trouxe segurança

para o eleitor, que, mais uma vez, elegeu o candidato do PSDB no primeiro turno. O Gráfico 2 apresenta o resultado.

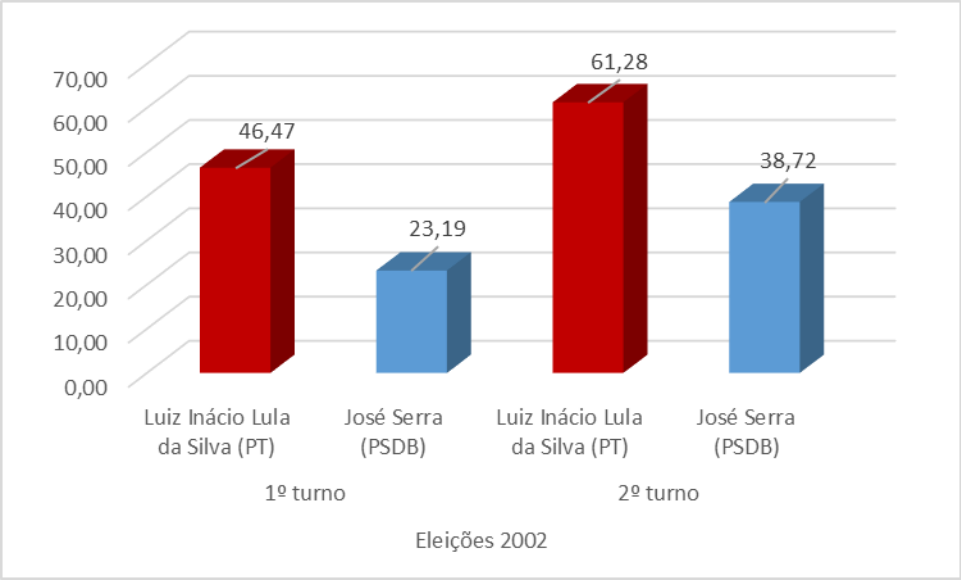
Gráfico 2- Resultado das eleições presidenciais de 1998 (%)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

No segundo mandato de FHC ocorreu um agravamento da crise mundial e o governo encontrou severas dificuldades para lidar com a situação. Desenhava-se, enfim, um panorama favorável à candidatura de Lula. A campanha teve como principal base o conflito da esperança, de uma vitória petista, com a insegurança propagada por aqueles que, na voz da atriz Regina Duarte veiculada na propaganda de José Serra (PSDB), "sentiam medo". Para fazer prevalecer o sentimento de esperança no clima de opinião do momento, Lula tratou de converter a sua imagem na imagem de um homem calmo, sábio e conciliador (BAQUERO, 2007b). Essa postura mais agregadora do candidato do PT era provavelmente o último elemento que faltava para a conquista do poder no governo federal. O sentimento de mudança abria agora um caminho que parecia mais seguro. Venceu a esperança daqueles que, por meio do voto e em dois turnos, encontravam a possibilidade concreta de depositar a sua confiança em um governo de esquerda que, desde 1989, tentava a presidência.

Gráfico 3- Resultado das eleições presidenciais de 2002 (%)

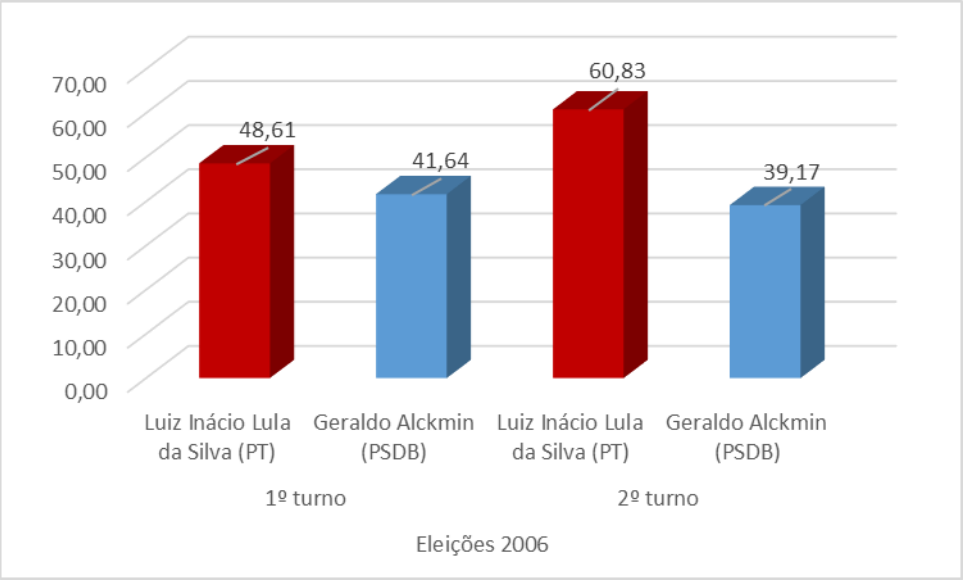


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Passados quatro anos de governo, Lula voltaria à disputa para buscar a sua reeleição, enfrentando agora, como principal adversário, Geraldo Alckmin, do PSDB. E, nessa eleição, Baquero (2007) enfatiza uma modificação radical no panorama. A figura do presidente, com seu carisma e capacidade de liderança, assumiu centralidade, colocando seu partido, que em 2002 havia cumprido papel fundamental em sua eleição, em segundo plano (BAQUERO, 2007b). A campanha de Lula teve como principal mote a defesa das políticas sociais do governo, tais como o Bolsa Família e o PROUNI (POWER; HUNTER, 2007 apud BAQUERO, 2007b). A postura adotada por Lula, mantendo a sua imagem descolada de seu partido, foi estratégica, uma vez que o PT, com algumas de suas principais lideranças, estava envolvido em escândalo de corrupção que ocupou as manchetes dos noticiários em 2005[3]. Isso não quer dizer que outros fatores também não tenham contribuído para o êxito do presidente, como a habilidade para colocar o oposicionista Geraldo Alckmin como um representante do governo FHC, algo que levou o oponente a uma rejeição por grande parte do eleitorado, uma vez que FHC havia terminado seu mandado com baixa aprovação popular (BAQUERO, 2007b). A eleição foi realizada em dois turnos, conforme pode ser observado no Gráfico 4.

[3] Esse escândalo ficou conhecido como "mensalão", sendo denunciado pelo então deputado federal pelo Rio de Janeiro, Roberto Jefferson, do Partido Trabalhista Brasileiro − PTB. Consistia, simplificadamente, na compra de votos dos parlamentares em troca de apoio ao governo federal.

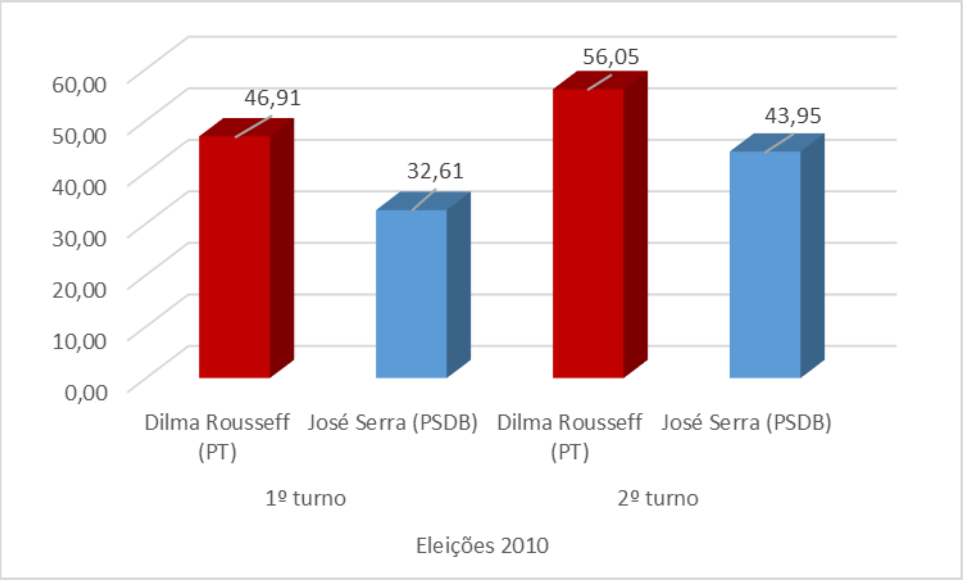
Gráfico 4 - Resultado das eleições presidenciais de 2006 (%)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Depois de dois mandatos de Lula, precedidos por dois mandatos de FHC, chegava o momento de PT e PSDB disputarem o desempate, o que aconteceu com Dilma Rousseff pelo lado petista e com José Serra representando os tucanos – como tem sido identificados os partidários do PSDB. Nesse cenário, Dilma aparecia como uma possível nova eleição − agora virtual − de Lula (MARTINS, 2012). O PSDB, por seu turno, trouxe algumas lições da disputa anterior. A estratégia de Lula, contrastando seu governo com o de FHC, transformando Alckmin em um mero reflexo de seu colega de partido, havia obtido êxito. Tendo consciência desse fato, José Serra tratou de distanciar-se do choque com Lula, tentando não se colocar como opositor direto do presidente. Dessa forma, esvaziou-se o espaço de críticas que o PSDB ocupava em relação ao PT, abrindo caminho para o crescimento da candidatura de Dilma (IDEM, 2012), que confirmou a sua vitória no segundo turno. O resultado do pleito pode ser observado no gráfico a baixo:

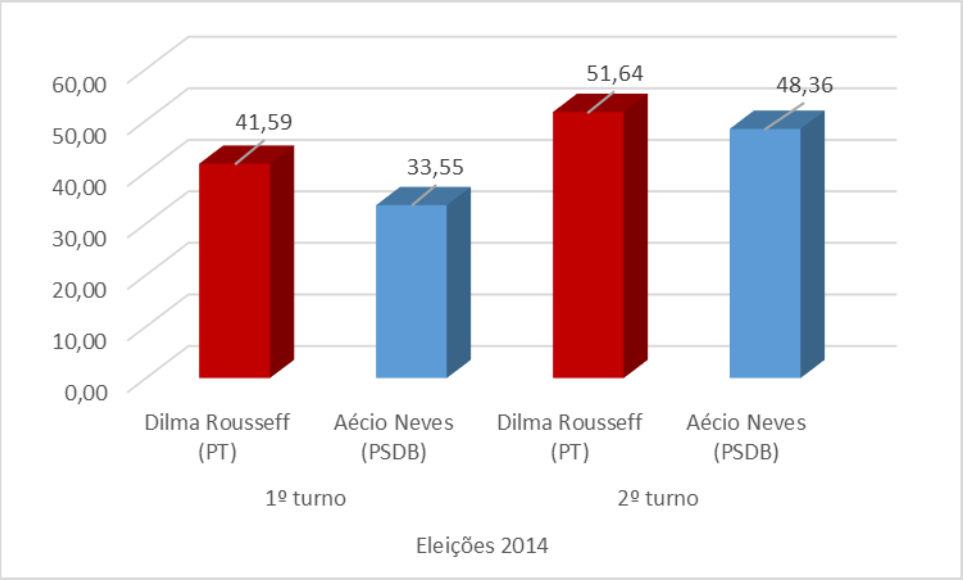
Gráfico 5 - Resultado das eleições presidenciais de 2010 (%)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

O cenário eleitoral de 2014 sofreu um forte impacto quando, no dia 13 de agosto, caiu, na cidade de Santos/SP, o avião do candidato Eduardo Campos, do Partido Socialista Brasileiro − PSB, vitimando-o fatalmente. Com isso, sua vice, Marina Silva, assumiu a cabeça da chapa, tendo mais uma vez a oportunidade de postular a presidência da república (ela já havia se candidatado em 2010). Com a comoção gerada pela morte de Campos, Marina Silva emergiu como favorita a disputar o segundo turno contra Dilma Rousseff, candidata à reeleição. Entretanto, Marina enredou-se em suas próprias contradições em uma campanha que dizia querer "o que há de bom em todos os lados" e apostou numa "nova política" que, muito abstrata e vaga, não gerou a confiança necessária ao eleitorado. Além disso, a candidata viu-se atacada tanto pelo PT quanto pelo PSDB: o primeiro se via ameaçado num possível segundo turno; o segundo rivalizava diretamente com a candidata do PSB por uma vaga na segunda fase do pleito. Como resultado, a candidata ficou em terceiro lugar, sendo o segundo turno disputado entre, novamente, PT e PSDB. Com uma eleição em dois turnos, Aécio Neves, do PSDB, consolidou-se e avançou com a sua candidatura, chegando ao segundo turno, no qual foi derrotado por Dilma Rousseff, em uma disputa extremamente acirrada. Os dados referentes a esses pleitos vão exibidos no gráfico abaixo:

Gráfico 6 - Resultado das eleições presidenciais de 2014 (%)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

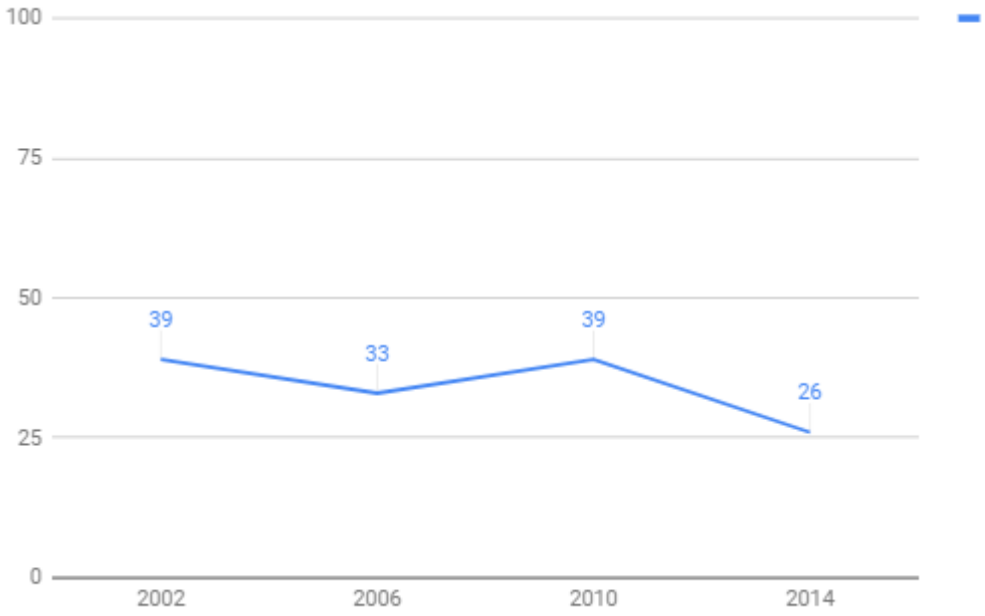
Após apresentar este breve histórico das eleições brasileiras nos últimos 20 anos, a próxima seção objetiva trazer à luz alguns dados acerca da percepção que os brasileiros apresentam sobre a democracia, os partidos políticos e o voto no país durante o mesmo período. Além disso, serão verificadas as diferenças entre as opiniões dos eleitores do PT e do PSDB sobre esses temas, ou seja, se estar no lado de um partido ou do outro nas últimas disputas presidenciais importa ou não para uma melhor ou pior avaliação dos componentes principais de sustentação de uma democracia.

OPINIÃO PÚBLICA, PARTIDOS E DEMOCRACIA NO BRASIL (2002-2010)

A partir de agora passamos a examinar a questão dos partidos e da democracia no Brasil pelo viés da opinião dos cidadãos do país sobre esses aspectos. Mais que isso, objetiva-se verificar se os simpatizantes do PT e do PSDB − os dois partidos que polarizaram as disputas presidenciais entre 1994 e 2014 − possuem predisposições diferentes em relação aos partidos e à democracia no Brasil, e como essas relações se têm configurado entre os anos de 2002 e 2010, com a consolidação de uma hegemonia do PT nas eleições presidenciais. Esta análise – como acima já informado − se realiza por meio de dados dos Estudos Eleitorais Brasileiros − ESEB, dados esses obtidos nos anos de eleições presidenciais desde 2002. Para iniciar a análise, o Gráfico 7 apresenta a relação dos eleitores brasileiros com os partidos

políticos nos últimos anos, por meio da identificação com algum deles em termos de modo de pensar:

Gráfico 7 - Existe algum partido que representa seu modo de pensar? (%)



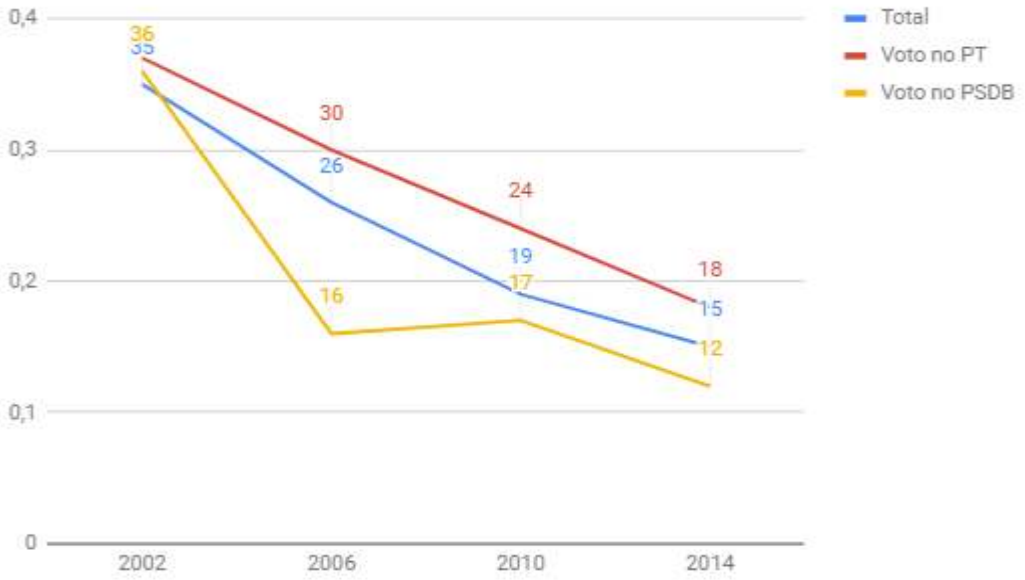
n 2002=618; n 2006= 1000; n 2010=2000, n 2014= 2235.

Fonte: ESEB.

Essa questão não avaliou os eleitores do PT e do PSDB em separado, pois a finalidade é observar se os partidos políticos, de maneira geral, exercem alguma representatividade na forma de pensar dos votantes. É possível perceber que, entre 2002 e 2010, se tem apresentado uma tônica relativamente equilibrada de identificação dos entrevistados com os partidos políticos. Existe uma tendência de estagnação/leve queda desse tipo de identificação que somente se quebra em 2014, quando somente 26% dos entrevistados afirmaram identificar-se com algum partido político. Essa situação de queda se vê agravada por um cenário caracterizado por uma cultura política historicamente personalista e clientelista, cenário minado por vários escândalos e casos de corrupção, como é o caso brasileiro (BAQUERO; CASTRO; RANINCHESKI, 2016). Segundo Baquero, Castro e Ranincheski (2016), as eleições de 2014 foram permeadas por um contexto de forte deslegitimação das instituições políticas, sobretudo em relação aos partidos políticos, isso tendo ocorrido em função da diminuição da confiança, por parte dos brasileiros, em virtude dos casos de corrupção e ineficiência governamental em resolver questões sociais.

A partir disso, vão agora examinadas as predisposições dos cidadãos identificados com o PT e com o PSDB em relação a alguns aspectos da democracia, e se eles se diferenciam do total de entrevistados em relação a essas variáveis. O Gráfico 8 compara, por blocos, a avaliação que os entrevistados fizeram dos partidos políticos entre os anos de 2002 e 2014:

Gráfico 8 - Avaliação da atuação dos partidos (%)



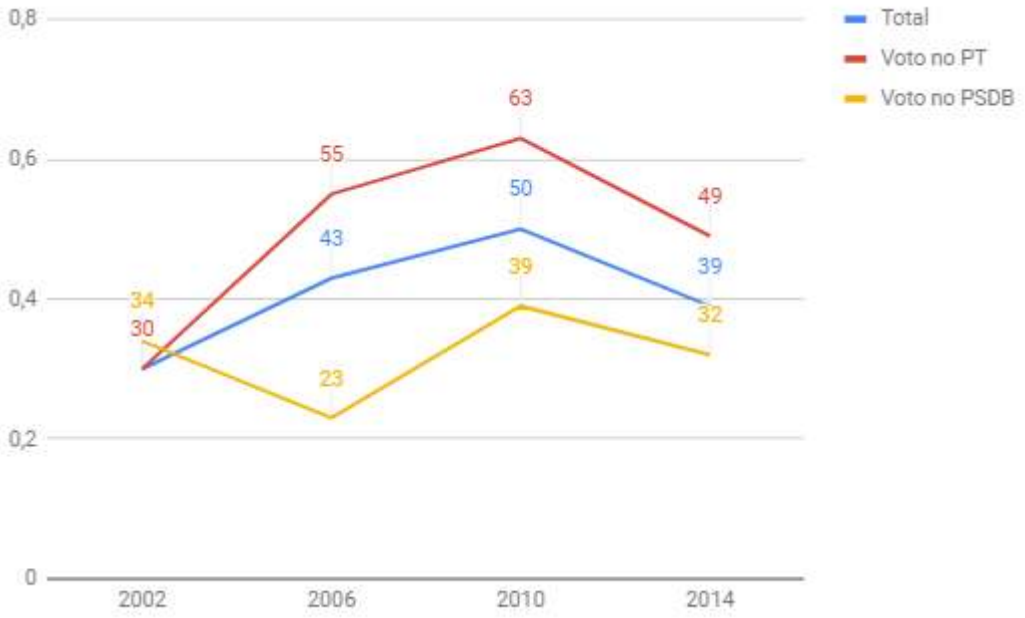
n 2002=618; n 2006= 1000; n 2010=2000; n 2014= 2235.

Fonte: ESEB.

O Gráfico 8 mostra que a avaliação da atuação dos partidos políticos entre os brasileiros, independentemente do partido, tem caído de modo substancial nos últimos anos. Em 2002, cerca de 35% dos entrevistados avaliavam bem os partidos, mas esses percentuais declinam constantemente ao longo dos anos, chegando a 15% de média em 2014. Sujeitos identificados com o PT apresentaram uma tendência a fazer, ao longo dos anos, uma melhor avaliação dos partidos em relação ao total dos entrevistados, enquanto os indivíduos que afirmaram identificar-se com os tucanos apresentam percentuais inferiores nesse sentido, muito possivelmente pelo fato de o partido em que votaram ter estado longe do poder em âmbito nacional ao longo dos anos verificados. Poderíamos, ainda, suspeitar do contrário: talvez os indivíduos tivessem votado na oposição justamente por terem estado insatisfeitos, ao invés de estarem insatisfeitos por estarem na oposição. Entraríamos, porém, num dilema que remete a dificuldades de estabelecer uma relação consistente de causa e efeito entre as variáveis, o que não está compreendido na proposta deste trabalho, mas que sugere uma análise mais cuidadosa e detalhada, do ponto de vista causal, posteriormente. Se, por um lado,

se verifica uma queda nas avaliações positivas dos partidos políticos, por outro, como têm os brasileiros se posicionado sobre a sua satisfação com a democracia ao longo do período? É isso que o gráfico seguinte pretende demonstrar:

Gráfico 9 - Satisfação com a democracia (%)



n 2002=618; n 2006= 1000; n 2010=2000.

Fonte: ESEB.

O total dos entrevistados apresenta um aumento substancial em termos de satisfação com a democracia até o ano de 2010: enquanto cerca de 30% disseram estar satisfeitos com a democracia em 2002, esse percentual apresentou elevação em 2006 e em 2010 quase foi duplicado, chegando aos 50%. Após, ocorre queda generalizada de satisfação dos brasileiros com a democracia em 2014, e isso vale para a média, para os votantes do PT e para os votantes do PSDB. Entre os petistas, a satisfação com a democracia, talvez graças ao período do partido no poder, também se elevou de modo impressionante até 2010, saltando dos 30% em 2002 para 63% em 2010. Os simpatizantes do PSDB, por seu turno, apresentaram declínio, que teve sua maior insatisfação apresentada em 2006, ano de crise institucional que reverberava escândalo de corrupção do governo, elevou-se em 2010 e voltou a declinar em 2014. Cabe destacar que, entre 2002 e 2014, os eleitores simpatizantes com o PT foram os que deram respostas mais positivas em todas as pesquisas. Por fim, examina-se como os entrevistados se posicionam em relação ao voto obrigatório.

Para dar continuidade à análise, o Gráfico 10 visa responder à seguinte questão: Encontrariam os percentuais de ascensão e de queda em relação à satisfação com a democracia paralelo quando se verifica predisposição ao voto por parte dos brasileiros?

Gráfico 10 - Votaria se não fosse obrigatório? (%)



n 2002= 618; n 2006= 1000; n 2010= 2000.

Fonte: ESEB.

O total dos entrevistados apresenta uma certa irregularidade percentual entre 2002 e 2014, com uma diminuição de 52% para 39% entre 2002 e 2006, elevação da predisposição ao voto para 50% em 2010 e nova queda em 2014, com 44% dos brasileiros afirmando que votariam se não fosse obrigatório. Os movimentos dos percentuais entre os sujeitos identificados com PT e com PSDB são parecidos, com uma queda mais acentuada de tal predisposição entre os eleitores de candidatos tucanos em 2006, quando apenas 35% responderam afirmativamente à questão. É importante, contudo, destacar que os votantes do lado vencedor no período, o PT, apresentam percentuais de disposição a votar maiores do que a média, enquanto que os eleitores do PSDB aparecem com percentuais inferiores a essa média. Com esses subsídios empíricos sobre o comportamento dos brasileiros em relação aos partidos e à democracia, na próxima seção vão colocadas as considerações e notas finais do presente estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a chegada de Aécio Neves ao segundo turno das eleições de 2014 contra Dilma Rousseff confirmou-se, pelo sexto pleito consecutivo, a tendência à polarização entre tucanos e petistas nas eleições presidenciais dos últimos 20 anos. Essa estabilidade adquire maior relevância ao considerar o crescimento das candidaturas de terceira via ao longo dos últimos anos. Em 2014 o Brasil possuía 35 partidos políticos registrados e 11 candidatos à presidência, maior número de candidatos e partidos registrados entre 2002 e 2014. Nesse contexto multipartidário chama a atenção o predomínio eleitoral do PT e do PSDB, pois estiveram sempre disputando "nas cabeças" a posição mais alta do executivo nacional, que consagra a polaridade PT x PSDB. Então se torna de fundamental importância verificar como está a democracia e como estão os partidos políticos na percepção dos brasileiros, além de verificar o comportamento e as opiniões dos eleitores dos dois partidos dominantes nesse contexto.

Primeiramente, nota-se uma tendência de estagnação/queda da identificação partidária que somente se quebra em 2010, quando 39% dos entrevistados afirmavam identificar-se com algum partido político, voltando a cair em 2014 para os níveis mais baixos do período, 26%. Essa tendência de queda se agrava por um contexto que se caracteriza por uma cultura política historicamente personalista e clientelista, contexto esse minado por vários escândalos e casos de corrupção, como ocorre no Brasil. Foi possível perceber também uma avaliação substancialmente decrescente dos partidos brasileiros nos últimos anos por parte dos eleitores. Indivíduos que manifestaram voto no PT apresentaram uma tendência a fazer, ao longo do período temporal analisado, uma melhor avaliação dos partidos em relação ao total dos entrevistados, enquanto os indivíduos que afirmaram votar nos tucanos apresentam percentuais inferiores nesse sentido. Há também que se destacar um aumento geral da satisfação com a democracia até 2010, mas isso seguido de queda generalizada em 2014, com os petistas novamente acima da média, enquanto os eleitores do PSDB novamente se posicionaram abaixo da média, talvez pelas derrotas seguidas do partido nas eleições presidenciais. Por fim, é importante sublinhar que os entrevistados que votaram no PT manifestaram uma maior predisposição a votar mesmo que não fosse obrigatório em relação ao total dos pesquisados pela investigação do ESEB entre 2002 e 2014, enquanto, mais uma vez, os eleitores do partido tucano ficaram abaixo da média dos brasileiros.

É necessário destacar, por último, um aspecto que surge como importante aspecto no cenário brasileiro: a crise política que se inicia com os protestos de junho de 2013, passando

pelo *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, pela crise de legitimidade do governo de Michel Temer, o vice que assumiu a presidência da República, pela agudização das investigações da Operação Lava Jato e pela prisão de diversos políticos, incluindo-se aí o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esses aspectos, combinados com desconfiança institucional, insatisfação e descrença dos brasileiros acerca das instituições democráticas, criam terreno fértil para discursos que erodem – em sentido figurado − a democracia e colocam um imenso ponto de interrogação sobre os desdobramentos políticos dos próximos anos no país, independentemente do candidato que venha a triunfar na disputa presidencial de 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jorge. Lugar de fala, polissemia e paráfrase nos discursos de FHC e Lula sobre o Plano Real. **Ícone**, v. 1, nº 4, p. 168-202, 1999.

BAQUERO, Marcello. **Democracia e desigualdades na América Latina:** novas perspectivas. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2007a.

BAQUERO, Marcello. Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006). **Opinião Pública**, v. 13, nº 2, p. 231-259, 2007b.

DAHL, Robert. ***Polyarchy:*** *participation and oposition*. New Haven: Yale University Press, 1971.

LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos Estudos**, nº 88, p. 21-37, nov. 2010.

MARTINS, Joyce Miranda Leão. **Política para eleitor ver:** imaginários sociais e *performances* de Serra e Dilma no horário eleitoral de 2010. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), UFC, Fortaleza/CE.

MIGUEL, Luís Felipe. Mídia e eleições: a campanha de 1998 na Rede Globo. **Dados,** v. 42, nº 2, 1999.

MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia:** bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (impresso), v. 23, p. 11-43, 2008.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e a democracia: lições da experiência brasileira. In: MOISÉS, José Álvaro (Org.). **Democracia e confiança** − por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?. 1. ed. São Paulo: Editora da USP, 2010. p. 77-122 (volume 1).

PORTO, Mauro; GUAZINA, Liziane. A política na TV: o horário eleitoral da eleição presidencial de 1994. **Revista Contracampo,** v. III, 1999.

RANULFO, Carlos. Os partidos e as eleições presidenciais no Brasil. **Em Debate**, v. 2, nº 6, p. 6-11, jun. 2010.

BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique C. de; RANINCHESKI, Sônia Maria. (Des)confiança nas instituições e partidos políticos na constituição de uma democracia inercial no Brasil: o caso das eleições de 2014. In: **Política & Sociedade** - Florianópolis - v. 15, nº 32, jan./abr. 2016.